



VERONESE, Josiane Rose Petry; FONSECA, Reynaldo Soares da. **Literatura, Direito e Fraternidade**. Florianópolis: EMais, 2019, 286 págs.

LITERATURA, DIREITO E FRATERNIDADE

José Ribamar Neres Costa¹
Uniderp/Seduc-MA
(joseneres@globo.com)

Muitas são as aproximações possíveis entre os estudos da Literatura e do Direito, e isso não ocorre apenas por conta dos inúmeros escritores que seguiram a carreira jurídica, mas também pelo fato de que, nessas duas áreas do conhecimento, cada uma a seu modo, têm como um dos objetivos principais estudar o ser humano.

Dessa forma, os inúmeros inter-relacionamentos entre o Direito e a Literatura podem dar ensejo a estudos nas mais diversas esferas do mundo acadêmico, indo desde monografias até teses de doutoramento, passando por dissertações e artigos científicos. E foi, provavelmente, pensando nessa infinita possibilidade de trabalhos sobre a imbricação entre as teorias jurídicas e a produção literária que os professores e juristas Josiane Rose Petry Veronese e Reynaldo Soares da Fonseca selecionaram os dezoito artigos que compõem o livro *Literatura, Direito e Fraternidade*.

Bastante envolvidos tanto com as letras ficcionais quanto com as diversas leis que regem as relações humanas, os dois organizadores reconhecem que o Direito e a Literatura ampliam seus horizontes quando são relacionados com a Fraternidade, que precisa ser repensada “na esfera da cultura brasileira” (p. 14) e esses dois saberes seculares acabam inseridos no desejo premente de “dar sentido a nosso existir” (p. 12).

Logo após o prefácio e a apresentação, assinados pelos organizadores, estão os artigos que compõem o volume. O primeiro deles, cujo título é *Literatura, Direito e Fraternidade: universos distintos ou confluentes?*, de Josiane Rose Petry Veronese, funciona como uma espécie de elemento norteador dos demais trabalhos, trazendo conceituações básicas sobre o tripé de sustentação temática e de outras teorias que serão exploradas pelos demais autores em seus artigos.

Reynaldo Soares da Fonseca e Rafael Campos Soares da Fonseca são autores do artigo *O direito universal à cultura no Brasil: realidade, financiamento e desafios*, no qual são discutidas noções de cultura com um “amálgama social” (p. 31) do qual emergem as múltiplas e variadas relações humanas. Além de discutirem aspectos jurídicos-culturais no Brasil e em outras partes do mundo, os

¹ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (Uniderp), mestre em Educação (UCB), graduado em Letras (UFMA).



pesquisadores comentam também sobre “limitações em contextos de financiamento dos direitos e políticas culturais” com base na Constituição Brasileira de 1988.

Vida Fraterna e Instrumentalização do Outro: O Modo como Heinrich Mann interroga o Direito é o título da pesquisa de Francisco Cardozo Oliveira, que, tomando por base o romance *O súdito*, de Heinrich Mann, tem como objetivo geral “examinar o quanto a literatura é capaz de captar o sentido da normalidade, em uma determinada forma de vida” (p. 59). Depois de teorizar sobre as relações intrínsecas entre as práticas textuais jurídicas e as literárias, o ensaísta concentra-se na análise da obra escolhida, destacando-lhes alguns elementos que conferem ao livro uma tonalidade universalizante, principalmente nas passagens que remetem aos tópicos que traduzem a sensação de justiça/injustiça no mundo.

O quarto artigo do livro, intitulado *Dante Alighieri e o Direito: aproximações possíveis*, de Silvana di Gaspari, parte da constatação de que toda a obra de Dante está calcada “sobre uma estrutura de matriz legal”, (p. 74). Apesar de não haver comprovação sobre alguma formação jurídica formal por parte do intelectual florentino, ao longo do artigo fica clara a ideia de que, na construção de sua obra maior – *A divina comédia*, o poeta se aproxima diversas vezes das conceituações que remetem às ideias do Direito e da Fraternidade, o que torna seu livro ainda mais atual e necessário para a compreensão das relações humanas.

O escritor português José Saramago, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1998 é o foco de interesse de Geralda Magella de Farias Rossetto no artigo *Saramago e o Discurso de Estocolmo: Homenagem aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Ao longo do texto, que teve como ponto de partida dois discursos proferidos por José Saramago em Estocolmo, fica ressaltada a constatação de que “a humanidade encontra-se em uma encruzilhada de violência extrema” (p. 97) e que é preciso reafirmar a vocação do ser humano em favor de atitudes que favoreçam a fraternidade.

A Inclusão Social de Crianças com Deficiência, escrito por Carlos Alberto Crispin, tem como objetivo maior “discutir o relevante tema da inclusão social de crianças com deficiência a partir do poema ‘Simplesmente criança’” (p. 104), de autoria de Josiane Rose Petri Veronese. Atento ao entrelaçamento entre Literatura, Direito e Fraternidade e partindo de fragmentos do texto literário escolhido como epígrafe, o autor discute os direitos constitucionais da criança com deficiência, cotejando seus estudos com interpretações da Lei da Acessibilidade (nº 10.098, de 19.12.2000) e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06.06.2015), e discutindo a necessidade da construção de um mundo melhor e de uma sociedade mais justa.

Luciana Faisca Nahas é autora do artigo *A Escuta Especializada: um não à violência, um sim à Fraternidade – o papel da Fraternidade*, no qual, partindo da leitura do livro *O pequeno príncipe*, de Saint-Exupéry, discute a necessidade de dar voz às crianças em situação de litígio, a partir de uma escuta especializada que busque neutralizar as violências causadas pelo abafamento das vozes e manifestações de desejos de crianças e adolescentes durante os processos judiciais, sob a hipotética alegação de proteção dessas pessoas.



A sociedade distópica do universo literário de Philip K. Dick serve de ponto de partida para Arthur Araújo de Menezes e Victor Araújo de Menezes no estudo intitulado *Lágrimas na chuva: Fraternidade e Pós-Humanismo em “Androides sonham com ovelhas elétricas” e “Blade Runner”*, que buscam “traçar uma discussão acerca das noções de fraternidade e pós-humanidade nas discussões” (p. 135) presentes tanto no texto de Philip K. Dick quanto na adaptação cinematográfica de Ridley Scott. Após cotejarem e analisarem seus objetos de estudo, os autores constataram diversas fragilidades nas concepções de humanidade, mas também a presença do conceito de fraternidade nas obras em questão.

Uma das principais obras da literatura clássica universal é o centro das atenções de Ana Cláudia Colla e Patrícia Bronislawski Figueredo no artigo *Frankenstein e a vida humana: uma análise sobre o princípio da vida e da dignidade humana*. A partir da leitura do romance clássico de Mary Shelley, as pesquisadoras discutem os dois tópicos norteadores do artigo: o “princípio da vida e o princípio da dignidade humana” (p. 148), sempre relacionando os aspectos teóricos com passagens da obra escolhida para análise.

O continente africano e suas mazelas sociais são estudados por Josiane Rose Petry Veronese e Wanda Helena Mendes Muniz Falcão no artigo *A África, a criança-soldado e suas memórias na literatura: A infância nos conflitos armados e as “respostas” pela fraternidade*. Partindo do princípio de que existe significativa pluralidade na formação histórica, cultural, geográfica e ideológica dos muitos países que compõem o continente africano, as autoras analisam o livro *Muito longe de casa: memórias de um menino-soldado*, escrito por Ishmael Beah, o qual “desperta o leitor para o universo de conflitos que permearam a infância de muitas das crianças serra-leoninas da época” (p. 181), incluindo-se nesse grupo o autor, que também vivenciou as situações desenvolvidas no livro.

Em *Utopia, o lugar onde nossos sonhos se realizam*, de Ângela Maria Konrath e Olga M. B. Aguiar de Oliveira, o leitor é levado a “pensar as condições ideais sugeridas por Thomas More, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária” (p. 186). Ao longo do artigo, as autoras relacionam as concepções sociais e filosóficas do pensador inglês, relacionando-as com a necessidade da construção de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

A Fraternidade em São Francisco de Assis e os seus ensinamentos é o título do artigo de Fernanda Moro Cechinel, que faz um entrecruzamento das ideias de Dante Alighieri, em sua *Divina Comédia*, e as concepções de Direito e Fraternidade em São Francisco de Assis, demonstrando como a “Fraternidade como o passar dos séculos tece oscilações quanto a sua interpretação, influenciando no seu grau de relevância” (p.199).

Andrea Carmo Name Willemin concentra seus estudos na relação entre *Direito e Literatura: da ficção científica à Lei de Proteção de Dados – uma nova realidade*, estudo no qual o interesse primordial é “examinar a proteção de dados, tendo como pano de fundo a ficção científica” (p. 201). Para exemplificar as teorias apresentadas, a autora recorre a livros como *O Homem Bicentenário*, de Isaac Asimov, e a diversas obras cinematográficas, como, por exemplo, *Matrix*, *Ex*



Machina, *Lucy* e *Invasão de privacidade*, discutindo, assim, algumas regulamentações sobre a proteção de dados no Brasil e em outros lugares do mundo.

Um dos principais romances de Mário de Andrade é estudado no artigo “*Amar, verbo intransitivo*”: *Educação sexual e moral sob a ótica do Estatuto da Criança e da Adolescência*, de Jesiel Raul da Silva Machado Ribeiro. Nesse estudo, o romance andradiano é analisado sob o olhar da Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e sob a perspectiva da Constituição da República Federativa do Brasil, demonstrando que, às vezes, imbuídos no desejo de proteger os adolescentes, os adultos acabam promovendo “a violação de seus direitos” (p. 217), culminando com a ideia de que “a educação é a melhor forma para a promoção do desenvolvimento das crianças e adolescentes” (p. 118).

Isis Boll de Araújo Bastos colabora no livro com o artigo *Uma visão prática e fraterna da mediação por meio dos diálogos com Tavares*, no qual, a partir da premissa proposta por M. Gonçalo Tavares, em seu livro *O Torcicológologista, Excelência*, de que “o mediador desenvolve seu trabalho por meio do diálogo” (p. 231), a autora desenvolve suas ideias sobre a interlocução entre literatura e o processo de mediação no âmbito jurídico.

O diálogo entre a fraternidade e o transtorno do espectro autista na obra “Humor Azul – O lado engraçado do autismo” é o trabalho de Vanessa Kettermann Fernandes, no qual o livro do artista plástico Rodrigo Tramonte é analisado a partir da perspectiva de que é necessário que existam políticas públicas destinadas à atenção integral com relação às necessidades de saúde das pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA), bem como a inserção dessas pessoas nas diversas atividades sociais das quais são constantemente alijadas por serem consideradas diferentes por uma parcela da população.

Josiane Rose Petry Veronese e Sandra Muriel Zadróski Zanette tocam na polêmica temática do aborto no artigo *A questão da descriminalização do aborto: uma análise partir de Ronald Dworkin – há espaço para a fraternidade?* Trata-se de um debate bastante atual e no qual, aparadas por diversas fontes teóricas, principalmente pelos estudos de Ronald Dworkin, as pesquisadoras buscam discutir “as contundentes divergências morais sobre o aborto” (p. 236), demonstrando que esse é um assunto que ainda deve abrir campos para muitas outras discussões em várias esferas do âmbito jurídico.

O último artigo do livro é de autoria de Eduardo Rafael Petry Veronese e Geralda Magella de Faria Rosseto e se intitula *O ódio e seu discurso: um elefante na loja de cristais*. Nele, os autores analisam o *Tratado sobre a tolerância*, escrito por Voltaire na segunda metade do século XVIII, sob a perspectiva do chamado discurso do ódio e suas complexas engrenagens com relação aos princípios fundamentais do Direito, “sobretudo, a liberdade de expressão e a dignidade humana” (p. 266).

Trata-se de um livro que possibilita ao leitor um contato prático e teórico com diversas vertentes dos estudos que envolvem as intersecções entre Direito e Literatura, tendo a Fraternidade como foco de interesse. O livro pode ser aproveitado tanto por quem começa seus estudos no campo da Literatura e/ou do



Direito, quanto por aquelas pessoas que desejam se aprofundar nesses dois aspectos e tenham curiosidade sobre a imbricação desses saberes como os estudos sobre Fraternidade. Embora os artigos empreguem geralmente uma linguagem técnica, isso não impede a inteligência dos assuntos debatidos ao longo da obra, despertando, em muitos casos o interesse pela leitura das obras citadas nos trabalhos.

Referências

VERONESE, Josiane Rose Petry; FONSECA, Reynaldo Soares da. **Literatura, Direito e Fraternidade**. Florianópolis: EMais, 2019.

Recebido em: 27/01/2021

Aprovado em: 18/02/2021